

Financiamento de projetos em bibliotecas universitárias: captação de recursos além dos muros da universidade**Funding of projects in university libraries: fundraising beyond the walls of the university**

DOI:10.34117/bjdv6n9-111

Recebimento dos originais: 08/08/2020

Aceitação para publicação: 04/09/2020

Adilson dos Ramos

Formação: Mestrado em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste - UFPE

Instituição: Universidade Federal de Pernambuco

Endereço: Rua Coimbra, 100, Nossa Senhora da Conceição, Paulista-PE, CEP: 53429-800

E-mail: adilson.ramos@ufpe.br

Andréia Alcântara dos Santos

Formação: Mestrado em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste - UFPE

Instituição: Universidade Federal de Pernambuco

Endereço: Rua Reitor Joaquim Amazonas, s/n Cidade Universitária Recife-PE CEP: 50740-570

E-mail: andreia.alcantara@ufpe.br

RESUMO

Contextualiza as bibliotecas universitárias enquanto instituições promotoras de conhecimento na perspectiva de captação de recursos oriundos de instituições externas às universidades federais. Aponta alternativas para o financiamento de projetos nas bibliotecas, além dos oriundos das Universidades, a exemplo da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES. Apresenta a situação macro política da gestão do SIB/UFPE como favorável à elaboração de projetos técnicos e relaciona o caráter mutável do conceito de políticas públicas de informação às necessidades de uma sociedade heterogênea.

Palavras-Chave: Bibliotecas universitárias - Captação de recursos, Financiamento de Projetos - Ciência & Tecnologia, Políticas Públicas de Informação.

ABSTRACT

Contextualizes university libraries as institutions that promote knowledge in the perspective of raising funds from institutions external to federal universities. It points out alternatives for financing projects in libraries, in addition to those coming from Universities, such as the Financier of Studies and Projects - FINEP and the National Bank for Social Economic Development - BNDES. It presents the macro political situation of the SIB / UFPE management as favorable to the elaboration of technical projects and relates the changing character of the concept of public information policies to the needs of a heterogeneous society.

Keywords: University libraries – fundraising, Project Financing - Science & Technology, Public Information Policies.

1 INTRODUÇÃO

O ensino, a pesquisa e a extensão são pilares que sustentam as ações das universidades federais (UFs) no Brasil. As UFs procuram compreender e propor soluções para problemas sociais, econômicos, culturais e políticos no País. As bibliotecas, unidades gestoras e organizacionais das UFs, assumem o papel de oferecer aos pesquisadores as condições necessárias para a realização de pesquisas científicas nas diversas áreas do conhecimento. Elas se firmam como fundamentais ao exercício dos pilares universitários por fazer parte das estratégias criadas pelos indivíduos para obter informações e também por ocupar uma posição de mediadora entre as UFs e a sociedade.

O objetivo do estudo é refletir sobre as condições das bibliotecas universitárias em atender aos pesquisadores num contexto de produção científica, atrelado às necessidades de reestruturação de espaços físicos para adaptação e implantação de serviços voltados ao atendimento dos usuários.

Os aspectos conceituais das políticas públicas de informação partem da análise de Schwarzelmüller; Gesteira; Bulcão (2005), quando se referem ao não acompanhamento do Brasil, na contramão dos países desenvolvidos, em relação ao aos avanços tecnológicos ocorridos no século XX com a internet. Aborda também a necessidade de estudar as políticas públicas de informação, tendo em vista fatores estratégicos e regionais a partir dos estudos de Gómez (2002); Jardim; Silva; Nharreluga (2009); Marques; Pinheiro (2008).

No tocante à C&T, trata a preservação digital como parte das políticas públicas de informação a partir de pesquisas do Mestrado em Ciência da Informação da UFPE, destacando trabalhos como os de Braz (2011) e Sayão (2011). Também é consultado o Programa Memória do Mundo da UNESCO (2002) a fim de legitimar a adoção da preservação digital enquanto recurso para salvaguardar o patrimônio cultural e documental de coleções dispersas em todo o mundo. Também é trabalhada a ideia de Galindo (2010) sobre os sistemas memoriais como alternativa de intercâmbio de informações e experiências para o desenvolvimento de tecnologias e softwares para o incremento da digitalização de patrimônios documentais e culturais.

A classificação da pesquisa toma como base a taxionomia de Vergara (2007) com qualificação quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins, a pesquisa é exploratória porque até o momento não foi verificado nenhum estudo anterior sobre o fenômeno em questão no SIB, o que demonstra a ausência de conhecimento sistematizado que permita ter uma noção de como o fenômeno se comporta em relação ao tema em estudo. Quanto aos meios, a pesquisa é bibliográfica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA QUESTÃO CONCEITUAL

Como suporte teórico, utilizamos os conceitos de políticas públicas de Tude (2009), Souza (2006) e Rua (1999). A ideia é associar os conceitos entre si, no sentido de detectar aspectos complementares. São consideradas também as contribuições de Bêrni; Lautert; Fochezatto (2011) sobre a existência de processos e de estruturas articuladas entre si para o desempenho de função com o intuito de satisfazer as necessidades dos indivíduos no contexto social, o que nos leva a refletir sobre políticas públicas enquanto processos constituintes de estruturas socioeconômicas.

O conceito de políticas públicas envolve diferentes abordagens entre autores das diversas áreas do conhecimento. A prevalência dos conceitos tem como base a epistemologia de cada área, e também a situação para a qual o conceito é direcionado. Ao perguntar o porquê de estudar políticas públicas, Tude (2009) aponta razões científicas, profissionais e políticas, e destaca o caráter instrumental do estudo das políticas tanto para munir estudiosos durante a concepção de modelos quanto para subsidiar a sociedade e o governo na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.

As razões apontadas por Tude (2009) dão margem a inúmeros conceitos sobre políticas públicas com aplicação em diversas áreas temáticas. Souza (2006), por exemplo, refere-se às políticas públicas como o campo do conhecimento que coloca e analisa as ações do governo, propondo mudanças, quando necessárias, no decorrer das referidas ações. É um conceito possível de enquadramento nas razões apontadas por Tude (2009), pois no sentido de amplitude em termos de áreas do conhecimento e de especificidade de cada uma dessas áreas, a ideia de Souza (2006) permite conceber ações governamentais influenciáveis politicamente, profissionalmente, e cientificamente a partir de uma visão holística pelo fato de elas atraírem para si olhares diferenciados.

No contexto das políticas públicas, outro conceito relevante é o de Rua (1999) quando ela se refere às políticas públicas enquanto conjunto de ações e de decisões tomadas (outputs) na esfera governamental, resultantes do processamento (inputs) advindas das demandas sociais ou dos (winthinputs) originadas do próprio sistema político interno. São revestidas de autoridade soberana do poder público e requerem ações estrategicamente selecionadas.

O conceito de Rua (1999) é mais direcionado a uma questão pragmática, tendo em vista a objetividade representada pelas entradas de insumos na esfera governamental e pela saída dos insumos em formato de políticas, ou ações que intervêm para mudar uma situação problemática. Aparentemente, o conceito de Rua (1999) não apresenta divergências em relação aos de Tude (2009) e de Souza (2006); Rua teoriza uma prática governamental comum em muitos países que elaboram

políticas públicas baseadas na lógica da participação Estado/sociedade sob o ponto de vista da interação entre inúmeros atores sociais, pertencentes a segmentos heterogêneos e caracterizados pela busca do consenso através da negociação nas arenas políticas.

Os autores convergem em direção a um conceito de políticas públicas vivenciado em etapas sucessivas e complementares. Primeiramente, tem-se a ideia de instrumento no sentido de subsidiar a construção de modelos como mecanismos de conhecimento das políticas elaboradas e executadas pelo governo; em seguida, há o propósito de conceber as políticas públicas enquanto campo de conhecimento capaz de possibilitar a investigação e a análise das ações do governo. No conceito de Rua (1999), as políticas públicas são traduzidas em processos operacionais geradores de informações para tomada de decisões, algo cíclico e possível de permitir o estudo instrumental das políticas para a concepção das razões apontadas por Tude (2009). Ao tomar como referência as razões científicas, profissionais e políticas, as políticas públicas de informação se enquadram em cada uma dessas razões, pois a ideia do porquê de estudar tais políticas se associa a resultados desejados por indivíduos que se propõem a utilizar os modelos e ou documentos gerados pelas ações do Estado como fontes de informação para a realização de pesquisas.

2.2 O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFORMAÇÃO

É possível tratar de políticas públicas de informação na medida em que o Estado moderno se abre a novos modelos de gestão e rompe parcialmente com o patrimonialismo, onde o conceito é analisado por Bresser-Pereira (2001) sob a égide da participação de uma elite governamental que transfere sua fonte de renda da terra para o patrimônio atrelado às receitas do Estado, onde as propriedades privadas e públicas se confundem no sentido de o próprio Estado sustentar os privilégios das classes dominantes no exercício do poder.

Prates (2007) nos remete à concepção do que é público a partir da legitimidade na lei, caracteristicamente impessoal, onde a separação entre público e privado é resultante do processo de burocratização da administração estatal, a romper parcialmente com práticas clientelistas históricas e culturais. É essa concepção burocrática de Estado um pressuposto à chamada das novas demandas sociais, onde a máquina estatal assume a prática da autonomia inserida, entendida por Evans (1993) como interação entre a tradição burocrática estatal e a sociedade, baseada em normas de cooperação e de confiança.

Nesse contexto é possível afirmar que as políticas públicas de informação se inserem num contexto dinâmico e interativo com os vários segmentos sociais na perspectiva de gerar ações resultantes de uma política elaborada com a participação de atores políticos não governamentais. Prática defendida por Secchi (2010) quanto à ideia de políticas públicas visualizadas a partir da

abordagem multicêntrica que define a política pública a partir de um problema com relevância coletiva. Assim, as políticas públicas deixam de ser elaboradas exclusivamente por atores estatais e são redesenhadas por elementos oriundos da sociedade em geral.

Costa (2008) analisa a reforma administrativa dos anos 1990 a partir do Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado (PDRAE) onde o Estado é redefinido através da capacidade de prover e regular as políticas públicas, o que representa uma mudança de postura no sentido de trazer para o contexto da gestão pública a ação de entidades privadas como forma de transferir para essas instituições serviços considerados excedentes na esfera governamental.

Essa abordagem reflete os interesses existentes por trás das ações de financiamento de projetos culturais por parte de grandes grupos econômicos; eventos de pequena repercussão mercadológica não recebem verbas públicas por não atingirem uma dimensão maior junto à população, e essa característica pode criar ilhas de excelência quanto ao financiamento público de projetos culturais porque as marcas das grandes empresas não poderão aparecer em eventos de pequena dimensão; um risco de uma autonomia inserida no sentido de sobrepor os interesses econômicos aos da sociedade, e também aos de uma possível projeção de eventos culturais mais inerentes à história e à identidade das regiões do Brasil.

As manifestações culturais deixam de ser um serviço de fortalecimento da identidade de um povo para se tornarem instrumentos de domínio e de perpetuação dos interesses de uma elite. Então, a característica de serviço da cultura se faz vulnerável a excluir-se do sentido terciário, analisado sob o ponto de vista econômico; onde a informação estrategicamente pensada contribui ou não para ideia de uma economia cultural associada à perspectiva de lucro em torno de eventos patrocinados ou financiados por grupos econômicos através de verbas públicas.

É possível associar essa situação a uma “crise de governança”, onde Costa (2008) utiliza o PDRAE para legitimar o contexto anterior da reforma administrativa dos anos de 1990 e exclui toda a possibilidade da crise ser classificada como “crise de governo”. A governança entendida por Araújo (2002) como a capacidade que o governo possui de formular e implementar políticas públicas, incluindo as capacidades gerenciais, financeiras e técnicas.

A crise de governança leva a repensar a relação entre governo e sociedade a partir das necessidades dos indivíduos e das instituições. São necessidades não mais atendidas de forma eficaz por parte das instituições públicas, o que denota uma sociedade refém da falta de alternativas para o exercício de atividades consideradas estratégicas ao desenvolvimento científico, tecnológico e cultural.

Em âmbito global, a sociedade contemporânea é alicerçada na economia terciária, representada pelos serviços nas áreas de saúde, educação, comunicação, cultura entre outras onde a

informação é valorizada por movimentar e promover produtos e oportunidades considerados fundamentais para o consumo e o desenvolvimento dos países.

A informação, insumo e agente de desenvolvimento, é disputada entre grupos econômicos na busca incessante pela produção do conhecimento para fins lucrativos, e atinge patamares além de limites territoriais. A informação técnica e científica estrategicamente pensada para a produção e desenvolvimento de novas tecnologias é produzida em grande escala, mas de tímida utilização por parte dos países em desenvolvimento, como no caso do Brasil. Schwarzelmüller, Gesteira e Bulcão (2005) sugerem a elaboração de políticas públicas de informação voltadas ao acompanhamento das tendências e mudanças internacionais no sentido de perceber o impacto dessas mudanças nos cenários políticos, econômicos e culturais.

É possível perceber no Brasil práticas de desenvolvimento científico e tecnológico a partir de investimentos em pesquisas; as universidades e centros de formação produzem uma gama de conhecimentos através de parcerias entre governos e instituições com visões mais estratégicas no tocante à monitoração das tendências internacionais, e aplicam recursos oriundos de órgãos governamentais em projetos temáticos de âmbito regional.

É a forma de o Estado legitimar suas ações a partir da interação com a sociedade civil, onde grupos sociais apontam necessidades e os meios necessários ao atendimento dessas necessidades. São demandas sociais a opinar sobre os direcionamentos tomados pelos recursos públicos em relação às necessidades informacionais da sociedade em constante processo de mudança contínua. São novos instrumentos técnicos e gerenciais representantes de um modelo de governança que traz o cidadão e as instituições para dentro do governo, inserindo-os na formulação e execução de projetos e atividades estrategicamente pensadas para atender às necessidades das demandas sociais.

A reflexão de Catelli; Santos (2004) levam ao entendimento dessa prática como de um governo empreendedor no sentido de atribuir ao cidadão responsabilidades ao invés de simplesmente servi-lo. É uma forma de encará-lo enquanto cliente a partir do atendimento a suas necessidades em vez do da burocracia. É preciso acrescentar a essa reflexão a ideia de o cidadão não apenas ser cliente, mas também participante da formulação de políticas, onde ele passa a ser beneficiário daquilo que ele produz, algo cíclico e retroalimentar.

O exemplo do Brasil mostra a participação da sociedade na construção da relação Estado-sociedade como recurso de representação do processo de autonomia inserida no contexto da C&T. Os programas de desenvolvimento científico e tecnológico do Governo Federal contemplam projetos oriundos de instituições públicas e privadas sem fins lucrativos com a disponibilização de recursos para aplicação em âmbito regional.

São projetos relacionados a todas as etapas da pesquisa em C&T, da pesquisa básica à avançada com objetivo de desenvolver produtos, serviços e processos em ambientes de C&T. Gómez (2002) considera as políticas públicas de informação não apenas como dimensão da racionalidade administrativa governamental, mas principalmente como fator estratégico de desenvolvimento científico e tecnológico. Jardim; Silva; Nharreluga (2009) apontam a necessidade de estudar as políticas públicas de informação, tendo em vista as constantes reconfigurações nos cenários informacionais principalmente na relação Estado-sociedade. Schwarzelmüller; Gesteira; Bulcão (2005) sugerem a elaboração de políticas públicas de informação voltadas ao acompanhamento das tendências e mudanças internacionais no sentido de perceber o impacto dessas mudanças nos cenários políticos, econômicos e culturais.

São visões complementares, tendo em vista as políticas públicas de informação assumirem a condição estratégica de acompanhar as reconfigurações dos mais variados cenários informacionais. Marques; Pinheiro (2008) refletem sobre as políticas de informação no sentido do envolvimento com fenômenos socioculturais e regionais, tendo em vista as atuais políticas focarem mais em infraestruturas físicas e em diretrizes tecnológicas. Isso implica a relevância do estudo das políticas públicas de informação em relação às razões apresentadas na literatura e por fazer parte de um rol de motivos numa realidade informacional inerente ao Brasil, como também por apresentar-se carente de investimentos em comparação aos países desenvolvidos.

É possível concluir que o estudo das políticas públicas de informação permite fazer um contínuo monitoramento do cenário internacional e comparar como o cenário nacional se comporta em relação aos aspectos oriundos do ambiente externo, focando o desenvolvimento de atividades em C&T. É de fundamental importância abordar a necessidade de as bibliotecas e centros de pesquisas e formação considerarem a tendência mundial de promoção do desenvolvimento de políticas que viabilizem o incremento de serviços, onde as pesquisas são desenvolvidas de forma simultânea, pois os documentos consultados se fazem presentes em diversos ambientes tecnológicos das fontes originais digitalizadas.

A ideia da digitalização compactua com a perspectiva da relação preservação x acesso no sentido de garantir o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico sem necessariamente colocar em risco o patrimônio documental e cultural de instituições e países. Os pesquisadores passam a ter acesso aos conteúdos documentais e simultaneamente contribuem para a formação de uma cultura de uso que dialogue com o tempo na perspectiva da perpetuação da memória coletiva a partir de óticas diferentes.

2.3 A PRESERVAÇÃO DIGITAL COMO PROJETO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFORMAÇÃO EM C&T

A preservação digital é adotada por programas e projetos diversos para salvaguardar e possibilitar acesso a conteúdos documentais históricos, culturais e contemporâneos, localizados fisicamente em acervos e coleções presentes em todo o mundo. Abordar esse recurso reforça a necessidade de chamar a atenção de entidades públicas, privadas, e ONGs, entre outras para a inserção de ações voltadas à preservação digital de acervos como parte importante das políticas públicas de informação em C&T, pois as coleções documentais representam fatos históricos, e são necessárias à formação, à construção e à perpetuação da memória e da identidade cultural de um povo. Sem essa noção, muitos estoques de informação tendem à extinção e, conseqüentemente, a identidade cultural e a história de uma nação correm riscos de desaparecer.

A UNESCO (2002) através do “Programa Memória do Mundo” demonstra preocupação com o potencial desaparecimento de patrimônios culturais e históricos dispersos no globo, e chama a atenção de governos das diferentes nações para incrementarem ações de preservação a partir das diretrizes elaboradas pelo Programa. A ideia é colocar a preservação digital no cerne de muitas iniciativas voltadas à perpetuação do patrimônio cultural e do conhecimento científico e tecnológico.

As discussões em torno da questão se fazem presentes em eventos científicos sobre tecnologia da informação, conhecimento tecnológico, científico e memória onde os trabalhos apresentados indicam a preservação digital como alternativa capaz de possibilitar acessibilidade ao conhecimento. O estudo de Braz (2011) reflete sobre essa possibilidade como forma de permitir o acesso a conteúdos de documentos históricos, retirados de circulação para serem preservados em detrimento da satisfação das necessidades informacionais dos usuários.

Sayão (2011) chama a atenção para a multiplicação de repositórios digitais no Brasil e a inserção deles nos fluxos internacionais para o acesso livre, assegurando a perenidade e o reuso da informação e de dados de pesquisas; condição só possível pela criação de uma ponte tecnológica harmônica com a adoção de estratégias, padrões tecnológicos e ferramentas de gestão em comum.

As reflexões de Braz (2011) e Sayão (2011) reafirmam a necessidade de adoção e do reforço da preservação digital como meio viável à perenidade e ao acesso contínuo aos estoques de informação espalhados e pouco utilizados pelos pesquisadores.

Ferreira (2006) traça um panorama da preservação ao referir-se aos estágios evolutivos pelos quais passam os suportes físicos de armazenamento da informação, incluindo os acervos audiovisuais; as fitas e os discos magnéticos se tornam obsoletos por razões diversas. A observação de Ferreira é uma oportunidade para refletir sobre as coleções que possuem registros memoriais em

imagem e som, tendo em vista ser a deterioração e a consequente perda da informação, o destino reservado a essas coleções se não houver uma política pública de informação em C&T que contemple ações voltadas à preservação da memória registrada.

A digitalização é uma técnica capaz de garantir a perenidade dos acervos audiovisuais, desde que os formatos acompanhem as atualizações de seus fabricantes, pois a obsolescência de softwares é apontada como uma vilã favorecedora da perda da informação. O problema da obsolescência também é apontado por Arellano (2004) no momento em que ele propõe o uso de padrões como estratégia de conversão de documentos digitais através de formatos livres. A ideia é que esses padrões sejam abertos como forma de permissão de seus estudos e de sua conversão para novos padrões. Portanto, estar atento às transformações no contexto tecnológico sugere o intercâmbio de informações como estratégia de acompanhamento de atividades relacionadas à adoção e à produção de novas tecnologias de preservação digital.

Esse contexto se desenha a partir de uma visão sistêmica capaz de possibilitar o trabalho em rede e de modo cooperativo entre instituições remotas com atuação simultânea no ambiente de fluxos informacionais, são os chamados “sistemas memoriais” apontados por Galindo (2010) como estruturas promotoras da interoperabilidade entre instituições com missões memoriais em âmbito internacional. Arellano (2004) justifica a dimensão internacional a partir do momento em que as instituições adotam um modelo de preservação digital já testado e adaptado em projetos de coleções digitais como forma de padronização de atividades e de estratégias; algo a ser conseguido com o monitoramento em âmbito internacional de iniciativas com resultados satisfatórios.

Tratar da preservação digital enquanto parte de uma política pública de informação em C&T permite ao poder público dotar-se de uma visão estratégica no sentido de fazer dos documentos históricos alternativas de perpetuação da memória e de fortalecimento da identidade cultural da nação entre os mais variados segmentos sociais e regionais, através de ações sistêmicas entre instituições memoriais. É preciso repensar a estrutura das instituições públicas no sentido de elaborar projetos técnicos para a implantação de atividades voltadas à preservação digital e também a outros serviços informacionais que tenham como fim o atendimento às necessidades de informação da sociedade.

2.4 FINANCIAMENTO DE PROJETOS EM C&T

No Brasil, o Governo Federal possui linhas de créditos com financiamento de projetos em C&T voltadas a instituições públicas ou empresas sem fins lucrativos que tenham interesse na implantação ou na melhoria de serviços direcionados a promover o desenvolvimento social.

São canais de relacionamento entre o Governo e a sociedade que permitem ao poder público atuar de forma indireta em áreas antes negligenciadas pela falta de apoio financeiro e estrutural, um contrassenso diante de um contexto internacional que avança em direção à solidificação de uma sociedade como usuária de serviços informacionais para produzir conhecimentos científicos e técnicos essenciais ao desenvolvimento econômico e social dos países.

É o poder público que se abre a um processo de autonomia inserida, onde a execução dos projetos fica sob a responsabilidade de instituições e ou de grupos que passam a trabalhar em projetos técnicos elaborados com base nas próprias necessidades. Nessa perspectiva, a avaliação institucional pode ser considerada ponto de partida para entender como determinada instituição precisa adequar-se aos critérios exigidos pelos programas de financiamento do Governo Federal.

Segundo o Ministério da Ciência e Tecnologia (2012) a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) Criada pelo Decreto-lei nº 200, Art. 191 de 25 de fevereiro de 1967, e regulamentada pelo Decreto nº 61.056 de 24 de julho de 1967, antes ligada ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, e hoje ao Ministério da Ciência & Tecnologia (MCT) possui como objetivo no Art. 2º financiar estudos e projetos de desenvolvimento econômico e também de contribuir para o aperfeiçoamento da tecnologia no Brasil. Atualmente são cerca de dezesseis fundos setoriais distribuídos entre áreas como aeronáutica, energia, transporte, petróleo, saúde, infraestrutura, agronegócios, entre outras consideradas estratégicas para o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e educacional do País.

Os Fundos Setoriais estabelecem formas de financiamento para determinado setor, e estimula o fortalecimento do sistema de C&T no Brasil. A ideia é a instituição, candidata ao recebimento do financiamento, ajustar-se aos critérios previstos nas chamadas públicas do setor; estratégia necessária para conseguir a aprovação do financiamento para a execução de projetos. O intuito é garantir a estabilidade de recursos para as áreas e a criação de um modelo de gestão, juntamente com segmentos sociais, na promoção do interrelacionamento entre universidades, centros de pesquisa e o setor produtivo. As atividades econômicas que garantem as receitas dos fundos setoriais são a exploração de recursos naturais de áreas de propriedade da União, o imposto sobre produtos industrializados (IPI), e a contribuição de intervenção no domínio econômico (CIDE).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, o contexto das políticas públicas de informação em C&T abre espaço para instituições de ensino superior, a exemplo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) para elaborar projetos técnicos para implantação de serviços, entre os quais, os relacionados ao acesso à

informação para a produção de conhecimentos nas dependências do Sistema de Bibliotecas (SIB), onde as práticas administrativas mostram a formulação de diretrizes gerenciais construídas a partir da interação e da participação dos servidores lotados nas bibliotecas setoriais. Cenário possível à formulação e apresentação de projetos voltados à inovação com a implantação de serviços informacionais, tendo em vista a prática gerencial do SIB/UFPE permitir uma visualização estratégica da importância da biblioteca na produção do conhecimento.

O propósito de adequação do SIB/UFPE aos critérios previstos nas chamadas do Fundo setorial CT-INFRA da FINEP pode ser considerado objeto de investigação no sentido de conceber um estudo prévio do conjunto de bibliotecas a fim de conhecer se as unidades de informação possuem condições de apresentar projetos para concorrer aos financiamentos da FINEP.

A ideia de conceber um estudo estrutural das bibliotecas do SIB surge da necessidade de munir a UFPE de alternativas que viabilizem a salvaguarda do patrimônio documental e cultural, através do processo de digitalização na perspectiva da promoção do acesso contínuo e simultâneo pelos indivíduos a partir da web, algo que evidencie a participação tanto dos servidores quanto dos beneficiários de determinado projeto técnico. Portanto, o SIB se encontra num contexto macro político favorável e condicionante ao desenvolvimento de serviços informacionais apoiados financeiramente pelo Governo Federal, pois a verba tem origem diretamente da FINEP. É uma oportunidade de mobilização e de criatividade por parte de bibliotecários e demais servidores atuantes nas bibliotecas para repensar o papel social do SIB na formulação de alternativas avançadas para a execução de atividades informacionais.

Por fim, é necessário compreender que as políticas públicas de informação em C&T, devem estar intimamente condicionadas à satisfação das necessidades informacionais dos indivíduos na busca da construção do conhecimento, independente da área de atuação, direcionando, as perspectivas da sociedade às instituições públicas de informação, em especial, às bibliotecas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Vinícius de Carvalho. **A conceituação de governabilidade e governança, da sua relação entre si e com o conjunto da reforma do Estado e do seu aparelho**. Brasília: ENAP, 2002. (Texto para discussão, 45).

ARELLANO, Miguel Angel. Preservação de documentos digitais, **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 15-27, maio/ago. 2004. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ci/v33n2/a02v33n2.pdf>. Acesso em: 10 out. 2011.

BÊRNI, Duilio de Ávila; LAUTERT, Vladimir; FOCHEZATTO, Adelar. A divisão do trabalho na sociedade. In: BÊRNI, Duilio de Ávila; LAUTERT, Vladimir (Orgs.). **Mesoeconomia: lições de contabilidade social**. Porto Alegre: Bookman, 2011. v. 1, p. 33-61.

BRASIL. Ministério da Ciência & Tecnologia. **FINEP: Financiadora de Estudos e Projetos**, 2012. Disponível em: <<http://www.finep.gov.br>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

_____. **Lei de criação da FINEP: Decreto nº 61.056 de 24 de julho de 1967**. Disponível em: <http://www.alide.org.pe/.../Br-FINEP-Leydecreacion-Dec_61056.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2012.

BRAZ, Márcia. Digitalização: medida complementar à preservação para garantia o acesso à memória e ao patrimônio documental. In.: CONFERENCE ON TECHNOLOGY, CULTURE AND MEMORY – CTCM: Strategies for preservation and information access, 2011, Recife. **Resumos...** Recife: Liber/UFPE. Não paginado.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do Estado patrimonial ao gerencial. In.: PINHEIRO, Wilhelm e Sachs (Orgs.). **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

EVANS, Peter. O Estado como problema e solução, **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 28-29, abr. 1993.

CARVALHO, Cristina Amélia Pereira de. O Estado e a participação conquistada no campo das políticas públicas para a cultura no Brasil. In: **Políticas culturais: reflexões e ações**. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009. Disponível em: <<http://www.itaucultural.org.br/bcodemidias/001513.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

CATELLI, Armando; SANTOS, Edilene Santana. Mensurando a criação de valor na gestão pública, **RAP**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 3, p. 423-448, maio/jun. 2004.

COSTA, Frederico Lustosa da. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas, **RAP**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 5, p. 829-874, set./out. 2008.

EVANS, Peter. O Estado como problema e solução, **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 28-29, abr. 1993.

FERREIRA, Miguel. **Introdução à preservação digital: Conceitos, estratégias e actuais consensos**. Guimarães, Portugal: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006.

GALINDO, Marcos. Patrimônio memorial e instituições públicas no Brasil. In: BARRIO, Ángel Espina; MOTTA, Antonio; GOMES, Mário Hélio (Org.). **Inovação Cultural, Patrimônio e Educação**. Recife: Massangana, 2010.

GÓMEZ, Maria Nélide González de. Novos cenários políticos para a informação, **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002. Disponível em: <<http://www.revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/viewFile/170/149>>. Acesso em: 21 abr. 2012.

JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite; NHARRELUGA, Rafael Simone. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação, **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.14, n.1, p. 22, jan./abr. 2009.

MARQUES, Rodrigo Moreno; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. **Política de informação no Brasil: uma análise sob a ótica da legislação de telecomunicações.** Disponível em: <http://www2.faac.unesp.br/pesquisa/lecotec/.../2008_Lecotec_160-181.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2012.

PRATES, Antônio Augusto Pereira. Administração pública e burocracia. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (Orgs.). **Sistema político brasileiro: uma introdução.** 2. ed. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: UNESP, 2007.

RUA, Maria das Graças. Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos. In.: RUA, Maria das Graças; CARVALHO, Maria Izabel Valladão (Orgs.). **O estudo da política: estudo selecionados.** [S.l.: s.n], 1999. Disponível em: <http://vsites.unb.br/ceam/webceam/nucleos/omni/.../pol_publicas.PDF>. Acesso em: 10 maio 2012.

SAYÃO, Luis. Preservação digital de dados e de informações de pesquisa. In.: CONFERENCE ON TECHNOLOGY, CULTURE AND MEMORY – CTCM: Strategies for preservation and information access, 2011, Recife. **Resumos...** Recife: Liber/UFPE. Não paginado.

SCHWARZELMÜLLER, Anna Friedericka; GESTEIRA, Ivana A. Lins; BULCÃO, Marivalda. **Políticas públicas de informação no Brasil: Norte, Nordeste e Centro-Oeste.** 2005. Disponível em: <http://www.cinform.ufba.br/v_anais/artigos/ivannafried.html>. Acesso em: 17 abr. 2012.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos Práticos.** São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura, **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/ dez., 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2012.

TUDE, João Martins. **Conceitos gerais de políticas públicas.** Disponível em: <<http://www2.videolivrraria.com.br/pdfs/24132.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2012.

UNESCO. **Memória do mundo: diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental.** Disponível em: <<http://www.unesco.org.uy/ci/fileadmin/comunicacion-informacion/mdm.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2011.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007.